

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 10 de outubro de 2017. - **Horário:** 09h00

Local: Aspacer/Sincer Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento/ Sindicato dos Ceramistas- **Endereço:** Rua 4- nº 470- Centro- Santa Gertrudes - SP, 13510.000

Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Participação
01	ABES-SP	Ricardo Ribeiro F. da Silva (T)	Ausente
02	ASSEMAE	Rogério Padula Santamaria (T)	Presente
		Ana Cristina P. Persicano Pinto (S)	Presente
		Fábio Giardini Pedro	Ausente
03	BRK Ambiental Limeira	Erick Krambeck (T)	Ausente
		Rafael Antonio Spanhol (S)	Ausente
		Nilton Cândido Faustino (S)	Ausente
		José Gilberto Ribeiro Coelho Júnior (S)	Ausente
04	CENA/USP	Célia Regina Montes (T)	Presente
05	CETESB	Lúcia Vidor de Sousa Reis (T)	Presente
		Livia Fernanda Agujaro (S)	Ausente
06	DAE Americana	Maurício Camilo Franco (T)	Ausente
		Regina de Fátima Boni Valente (S)	Ausente
07	CIS	Reginaldo Pereira dos Santos (S)	Justificado
		Margareth Isabel Amaral (T)	Ausente
		Leandro Gustavo Peccin (S)	Presente
08	DAE Jundiaí	José Maurício Balota (T)	Presente
		Patrícia Aparecida Longatti	Presente
		Samuel do Prado (S)	Ausente
09	DAE Santa Bárbara d'Oeste	Claudioaldo Viana dos Santos (T)	Presente
		Vanessa de Abreu (S)	Ausente
		Mauro Henrique Sardinha (S)	Ausente
10	FT/UNICAMP	Cassiana Maria Reganham Coneglian (T)	Presente
		Renato Falcão Dantas (S)	Ausente
11	GAEMA Cabeceiras	Leandro Henrique Ferreira Leme	Ausente
12	GAEMA PCJ	Alexandra Faccioli Martins	Ausente
		Ivan Carneiro Castanheiro	Ausente
		Rodrigo Sanches Garcia	Presente
13	GVS XX – Piracicaba	Luiz Ubirajara Oliveira de Barros (T)	Ausente
14	Instituto Adolpho Lutz Rio Claro	Israel Tadeu de Jesus Zanella	Ausente
		Maria Cecília Hitome Kuzuoka Ferreira da	Ausente
		Carlos Eduardo Duque de Magalhães Padilha (S)	Ausente
		Florindo Edvaldo Camiato (S)	Ausente
		José Luiz de Oliveira (S)	Ausente
15	IPSA	Adriana Fabiana Corrêa (T)	Presente
		Harold Gordon Fowler (S)	Ausente
		Dejanira de Franceschi de Angelis (S)	Presente
		Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite (S)	Presente
		Maria Aparecida Benedita Bortolazzo (S)	Presente
16	Mackenzie	Rosani Franco de Faria Novaes (T)	Presente
		Eduardo Papamanoli Ribeiro (S)	Ausente
17	P.M. de Ipeúna	Marcio Antônio Gomes Ramos (T)	Ausente
18	Rotary Club Rio Claro – “Cidade Azul”	Dejanira de Franceschi de Angelis (T)	Presente
		Carmem Silvia Rozin Kleiner (S)	Ausente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 10 de outubro de 2017. - **Horário:** 09h00

Local: Aspacer/Sincer Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento/ Sindicato dos Ceramistas- **Endereço:** Rua 4- nº 470- Centro- Santa Gertrudes - SP, 13510.000

19	SANASA	Rogério Padula Santamaria (T)	Presente
		Ana Cristina P. Persicano Pinto (S)	Presente
		Fábio Giardini Pedro (S)	Ausente
20	SEMAE	Antônio Carlos Ferreira (T)	Presente
		Ivan Canale (S)	Ausente
		Giulliano Tonin (S)	Presente
		Rosenaldo Ramos	Ausente
21	SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)	Ausente
		Harold Gordon Fowler (S)	Ausente
		Dejanira de Franceschi de Angelis (S)	Presente
22	UNESP/IB	Maria Aparecida Marin Morales (T)	Ausente
23	VE – Rio Claro	Jairo Brunini (T)	Presente
24	VISA – Cordeirópolis	Vanderlei Ocimar Marangom (T)	Presente
		Ronald Betanho Franchini (S)	Ausente
		Valmir Sanches (S)	Ausente
		Thaise Meneghatti (S)	Ausente
25	VISA – Rio Claro	Kátia Maria Sampaio Cezarino (T)	Presente
		Luciana de Souza (S)	Presente
26	VISA – Santa Bárbara do Oeste	Pedro Henrique Braga Pierozzi (T)	Ausente
		Luciano do Vale Monteiro (S)	Ausente

Convidados

Sigla da Entidade	Representante	Participação
CT Rural GT-Mananciais, Sindicato Rural Rio Claro	João Primo Baraldi	Presente
ABES -SP	Jairo Tardelli Filho	Presente
SEMAE – Piracicaba	Joseli Karina Forti	Presente
GAEMA Campinas	Flaviana Maluf de Souza	Presente
CODEN – Nova Odessa	José Hilário Pessoa	Presente
	Caroline Mayara Pessoa	Presente

Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia 02 de outubro de 2017. **2. Abertura da 72ª Reunião da CTSAM:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sra. Adriana Fabiana Correa coordenadora da Câmara Técnica de Saúde Ambiental, que agradeceu a presença de todos e passou a palavra à representante da ASPACER/SINCER que deu as boas vindas a todos, e efetuou convite para que a próxima reunião da CT-

SAM ocorra nas dependências da ASPACER novamente. Fernanda ainda comentou sobre a entrega das cartilhas, da qual a empresa colaborou com a impressão dos exemplares, propondo-se com novos projetos. A coordenadora comentou que quando a nova cartilha estiver pronta, será apresentada à Aspacer. A Sra. Adriana comentou sobre sua participação no congresso ABES/FENASAN e a “Primeira Conferência Livre em Vigilância e Saúde” que ocorreu no congresso, onde foram

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 10 de outubro de 2017. - Horário: 09h00

Local: Aspacer/Sincer Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento/ Sindicato dos Ceramistas- Endereço: Rua 4- nº 470- Centro- Santa Gertrudes - SP, 13510.000

votadas propostas a serem encaminhadas para a
25 Conferência Nacional de Vigilância em Saúde,
e relatou ainda o contato que fez com a
empresa que possui um produto capaz remover
até 8ppm de flúor na água para abastecimento
público. Apresentou a todos uma garrafa
30 plástica coletora de óleo em formato de tijolo,
elaborada pela SANEPAR, como alternativa
para trabalhos em educação ambiental, exposta
na feira. **3. Aprovação da Ata da 71ª Reunião
Ordinária:** A ata foi aprovada na íntegra sem
35 correções. **4. Pauta da reunião:** centrada em
três palestras que reúnem questões que estão
sendo discutidas no Plano de Segurança da
Água- PSA, como a política de recuperação dos
mananciais, ações para o combate às perdas de
40 água no abastecimento público, e a presença de
agrotóxicos na água uma ameaça à segurança
da mesma. Houve uma inversão na pauta e a 1ª
palestra foi **“Política de preservação e
recuperação de Mananciais no Âmbito dos
45 Comitês PCJ”** proferida pelo Dr. João José
Assumpção de Abreu Demarchi, pesquisador
do IZ (Instituto de Zootecnia) e Coordenador
da CT-RN (Câmara de Técnica de Conservação
e Proteção de Recursos Naturais. O palestrante
50 agradeceu a oportunidade e destacou a presença
do Sr. João Primo Baraldi Coordenador da
Câmara Técnica de uso da água no meio Rural,
que agradeceu a Demarchi. A Sra. Adriana
ressaltou a importância do trabalho integrado
55 entre essas CTs. Dr Demarchi iniciou
destacando que o ponto fundamental da política
é que trata-se de uma ação contínua. Na
primeira etapa, enfatizou-se ao programa de
recuperação de bacias, e a segunda etapa na
60 atualização e pagamento de serviços
ambientais. Há um novo documento (texto) da
política em atualização para aprovação dos
Comitês PCJ sendo trabalhado, os resultados
estão sendo revistos e os novos ajustes e
65 práticas estão sendo propostos. Alguns pontos
necessitam de ser mais detalhados, com
diretrizes para as ações da gestão dos recursos
hídricos. A política está de acordo com os

planos de bacias, e Plano diretor de florestal.
70 Salientou que questões técnicas disciplinares
são necessárias como o exemplo da escassez
hídrica da região Sudeste em 2014, lembrando
que a recarga hídrica não se faz só pela
recuperação florestal, mas faz-se mais rápida
75 pelo uso correto do solo e de medidas
adequadas a proteção e recuperação das
nascentes das bacias PCJ. Relembrou a
afirmação do papa Francisco sobre questão
ambiental “...Não há uma crise social ou
80 ambiental, não há duas crises separadas, mas
uma complexa crise socioambiental”, a política
tem que se direcionar para a integração tanto
para o lado social como para o agronegócio,
visando tornar a atividade agrícola sustentável.
85 Não se deve apenas cobrar ações de
preservação, mas criar meios de produção, para
que tenha qualidade de vida. É importante o
incentivo para que os familiares permaneçam
na terra e desenvolvam atividades de
90 preservação associadas ao negócio rural, de
maneira a gerar o mínimo impacto possível,
menos resíduos e produtos mais orgânicos,
quebrar paradigmas para produzir
adequadamente em prol do equilíbrio do
95 ambiente. O incentivo é fundamental para que
o produtor norteie suas ações. Salientou que a
primeira medida politicamente instituída, o
texto base, foi em 23 de outubro de 2015
(deliberação dos comitês PCJ, nº238/15).
100 Foram criados 4 programas visando a
recuperação e proteção dos recursos hídricos,
sendo o programa 1 de investimento na escolha
pelo município da BH mais importante para o
abastecimento urbano. Há uma preocupação
105 que o município defina a de maior relevância,
pois não dá para atuar em toda a bacia, o
recurso é finito e pequeno. Assim, definiu-se
que o programa 1 é para bacias prioritárias para
o abastecimento. Atualmente, no programa 2,
110 está em discussão, aprimoramento de novas
diretrizes. A lei básica é formada por
documentos e depois tem- se a regulamentação
que norteia as ações a serem executadas. Os

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 10 de outubro de 2017. - Horário: 09h00

Local: Aspacer/Sincer Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento/ Sindicato dos
Ceramistas- Endereço: Rua 4- nº 470- Centro- Santa Gertrudes - SP, 13510.000

projetos pilotos de São Pedro, Charqueada,
115 Limeira e Analândia, são norteadores da
política para verificar os ajustes necessários.
Extrema foi a primeira, mas com modelo
antigo, não teve uma ação direta. As câmaras
técnicas CT-RURAL e a CT-RN, vêm
120 trabalhando há muitos anos e após reuniões,
grupos de apoio e projetos pilotos, criaram o
Manual do Produtor de Água do PCJ. Os
programas visam: I- **Recuperação
conservação e proteção ambiental em áreas
125 de interesse** em acordo com as necessidades de
cada BH. Salientando a importância de se
manter a integração e interdependência entre o
social e o ambiental e citou o exemplo urbano
de se morar no campo e trabalhar na cidade. A
130 impermeabilização, as indústrias têm atuação
no ambiente de maneira direta; II- **Pagamento
por Serviços Ambientais (PSA)** o discurso
tem que ser unificado para dar sustentabilidade
sendo que os recursos vão sustentar as ações da
135 política; III- **Incentivo a Áreas de Proteção e
Recuperação dos Mananciais (APRM)**; e o
IV- **Proteção de Mata Atlântica e Cerrado
(PMAS)**. O programa 2 inclui os fundamentos,
todas as ações e medidas de conservação dos
140 recursos naturais que devem acontecer sob um
planejamento integrado de bacias e participação
efetiva para fazer um diagnóstico com análise
minuciosa, tais como passivos ambientais
(erosão, boçoroca e áreas extremamente
145 degradadas), recuperação de pastagens e áreas
degradadas são importantes para conservação
da BH, enfatizando a necessidade de uma visão
integral da propriedade a começar pela
valorização produtor rural para integração entre
150 a política agrícola e a conservação ambiental,
seguindo alguns objetivos: disponibilidade,
qualidade e quantidade de água para uso; Criar
um sistema de banco de dados para alimentar a
empresa a ser contratada para dar continuidade
155 ao programa; Valorizar e reconhecer algumas
diretrizes; Adequação dos programas às
diversidades físicas, bióticas, econômicas e
sociais; integração entre as gestões ambiental e

agrícola. Dr. Demarchi ainda salientou a
160 importância de se criar o Plano Integral de
Propriedade (PIP) para ajustar o conhecimento
com mais segurança e da UGP (Unidade
Gestora do Projeto) que é formada por uma
equipe multidisciplinar, incluindo a prefeitura,
165 ONGs, o sindicato rural, a Agência de bacias e
certas CT, para pensar e garantir a perenidade
do projeto, como exemplo foram citadas a UGP
de Charqueada (esta mudou seu zoneamento
urbano para predominar e manter o rural) e a de
170 Jaguariúna, esta teve a participação da
EMBRAPA no monitoramento hidrológico.
Em certos municípios a CATI participa
ativamente na UGP, assim como o sindicato
rural. O sr. João Baraldi salientou a importância
175 da aproximação da CT-RURAL integrada com
os prefeitos e a Agência de Bacias. A UGP é
responsável pela mediação entre recurso,
execução e a efetiva mudança na BH. O
**Programa de recuperação, conservação e
180 proteção ambiental em áreas de interesse**,
cria projetos, serviços e bancos de dados para a
recuperação ambiental. Inicialmente o
Programa de pagamento para serviços
ambientais, era dividido em três modalidades:
185 I- Estudos para projetos de serviços ambientais
(Pré-PSA); II- Obras e serviços (Pró-PSA); III-
Incentivo econômico por serviços ambientais
(PSA pagamento), no entanto estas etapas estão
defasadas, pois entende-se que estão incluídas
190 no Programa 1, que é um pré-requisito para que
seja implantado o pagamento de serviços. O
**Programa de Incentivo a Áreas de
Preservação e Recuperação dos Mananciais
(APRM-PCJ)** o projeto Proteção da Mata
195 Atlântica estendeu-se para o Cerrado. Artigo 12
ao 15 é o enquadramento, adequação dos
projetos exigindo um grupo contínuo. O
palestrante ainda citou os municípios que estão
desenvolvendo o projeto de recuperação das
200 nascentes: Analândia, inicialmente com 15
propriedades e adesão de mais uma, indicando
a conscientização; Charqueada (230
propriedades), Limeira – Sub-bacia Tabajara

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 10 de outubro de 2017. - Horário: 09h00

Local: Aspacer/Sincer Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento/ Sindicato dos Ceramistas- Endereço: Rua 4- nº 470- Centro- Santa Gertrudes - SP, 13510.000

com 5421,95ha que conseguiu recurso do IPT e
205 Holambra. O PAP-PCJ 2017/2020 possui 13 milhões para investir. O Programa piloto de Holambra encontra-se mais adiantado, em fase de elaboração do TR, para contratação dos PIPs. Lúcia (CETESB) considerou “bárbaro o
210 trabalho de participação do governo, a fiscalização é fundamental”, pois a ação dos órgãos ligados ao produtor rural. Explicou que nas usinas de produção de álcool, a poluição mais relevante é a difusa. Citou ainda que a
215 fiscalização em conjunto com a CATI foi admirável, pois os fiscalizadores tinham uma conotação voltada para a orientação. É importante ter instrumentos para que o indivíduo saia da situação irregular e crie
220 ferramentas para recuperar a BH. Lúcia ainda ressaltou que se não houver uma pressão mínima sobre o produtor rural. **2ª palestra: “Perdas de água no bastecimento Público”** – Sr. Jairo Tardelli Filho – ABES São Paulo. O
225 engenheiro fez uma abordagem sobre os conceitos básicos sobre o abastecimento de água. Questionou-se o que é uma perda de água no sistema de abastecimento público. A importância entre o volume produzido e tratado
230 e o volume medido nos hidrômetros dos consumidores finais, em um determinado tempo, ressaltou que há dois tipos: a perda real (física, como por exemplo, o ladrão da caixa d’água) isso impacta nos custos de produção, e
235 a perda aparente (comercial, decorrentes de medições, fraudes), esta água é desviada, ou seja, não é medida. A sub-medição dos hidrômetros também gera perdas. Para cada tipo de perda, tem-se um tipo de atuação. Em
240 2000 foi criado o International Water Association (IWA) para o balanço de perdas. Relatou ainda, as perdas inevitáveis, as quais não há mais condições técnicas e tecnológicas para buscar a sua diminuição. Salientou que os
245 principais problemas da perda d’água incluem: desperdício de dinheiro aplicado na potabilização (ETA) e riscos à saúde pública, a partir de uma despressurização da rede por

contaminação nos pontos de vazamentos,
250 causando prejuízos às empresas saneamento. Acredita-se que 8% da distribuição pública de água é desperdiçada. Tardelli ressaltou que para resolver o problema de perda de água é necessária uma parceria entre Prefeitura e
255 Ministério Público, para regularização das áreas de acordo com o uso dos solos. O palestrante explicou as perdas de maneira didática. Alertou que combater perdas não sai de graça. Exige planejamento, conhecimento da realidade local, técnica e persistência”. Exemplo de Tóquio que atingiu um nível de
260 4% de perdas. O Sistema Nacional de Informação Sobre Saneamento (SNIS) não faz auditoria, recebe os dados fornecidos pelas prefeituras. Segundo SNIS 2013 o índice de
265 perdas de água no Brasil é de 37%, sendo a melhor capital Goiânia (21,3%), e entre as cidades Limeira (14,5%) em termos de perdas. O engenheiro detalhou os diversos problemas de perda d’água: falhas estruturais; Variação da
270 pressão (intermitência); Transientes hidráulicos; Má qualidade dos materiais componentes do sistema; Má qualidade da mão de obra; Falhas operacionais; entre outros.
275 Tardelli cita boas perspectivas em relação aos vazamentos nas redes, com o surgimento do material soldado substituindo os ramais, cavaletes e emendas, diminuindo assim os vazamentos. Os vazamentos podem ser
280 classificados em: Visível – Aflorante, altas vazões/curta duração (horas); Não visíveis – Detectável, vazões moderadas/longa duração (meses); Inerentes – Não perceptível/dura anos. As perdas reais, ou seja, vazamentos e ações
285 antes da crise hídrica eram de 37% dos sistemas visíveis, 50% nos não visíveis e 13% nos afloramentos, Ações como substituição das redes, redução da pressão, redução do número de juntas e conexões contribuem para redução
290 de perdas. Os problemas maiores de perdas estão enterrados, representando 50% dos vazamentos. O gerenciamento da pressão VRP se baseia em: tipos de válvulas, operação do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 10 de outubro de 2017. - Horário: 09h00

Local: Aspacer/Sincer Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento/ Sindicato dos Ceramistas- Endereço: Rua 4- nº 470- Centro- Santa Gertrudes - SP, 13510.000

295 booster, controle ativo de vazamentos (passivo,
ativo por chamadas ou busca com
equipamentos). A qualidade da infraestrutura
vai ser um reflexo na situação da tubulação das
redes. Os diagnósticos operacionais permitem o
mapeamento das áreas críticas. As perdas
300 aparentes podem ocorrer por: detritos nas redes
de distribuição; efeitos na caixa d'água
(problemas sanitários) ou fator cultural pela
falta de cuidados; envelhecimento do parque de
hidrômetros (a boia pode gerar pequenas
305 vazões); Hidrômetros maiores devem ser
trocados a cada quatro anos; hidrômetros
domésticos a cada oito anos; Erro da leitura
com a inclinação do hidrômetro. Para finalizar
o palestrante citou ações para o controle das
310 perdas aparentes: Combate às fraudes e
ligações clandestinas (com o uso de pessoal
treinado); gestão de perdas (cadastro técnico e
comercial atualizado); e zoneamento
piezométrico (controlado por partes, com
315 distritos de medição). O palestrante ressaltou
que a persistência nas ações de combate às
perdas traz resultados a longos prazos, porém
se não houver controle, as perdas aumentam. O
grande desafio é não deixar aumentar! 3ª
320 palestra: “Estudos sobre a utilização de
Agrotóxicos na Sub-Bacia do Rio
Corumbataí – Tipos e monitoramento” Dra.
Regina Teresa Rosim Monteiro – CENA – USP
– Piracicaba, iniciou definindo os pesticidas
325 como substâncias utilizadas na agricultura e de
uso doméstico, assim incluem herbicidas,
inseticidas, e produtos de uso veterinário. Nesta
região, há 26% dos plantios de cana-de-açúcar
e 3% de citros (com mais de 280 produtos
330 comerciais, sendo 24 moléculas químicas),
porém mais recentemente a cultura de eucalipto
vem substituindo a citricultura. A região Centro
Oeste possui maior uso de inseticidas, por outro
lado, S. Paulo é o maior produtor de cana. Para
335 esta cultura são 295 produtos herbicidas (39
moléculas, sendo detectadas a presença de 24
na sub-BH Corumbataí). Destacam-se o
glifosato (não possui mobilidade no solo, é

solúvel em água, só ativo nas folhas
340 indesejadas), a atrazina, 2,4-D (ao qual a soja
transgênica é resistente), diuron e ametrina. No
entanto, estas 5 moléculas podem sofrer
lixiviação, poluição difusa, aumentando a sua
concentração em certas épocas do ano, de
345 acordo com a precipitação das chuvas, ausência
de mata ciliar, declividade do terreno e época
de aplicação dos produtos. A palestrante citou
uma pesquisa em Analândia na cultura cítrica
na qual em 3 coletas de amostragem, os teores
350 de ametrina estavam em 5,4 µg/L sendo o
permitido na legislação de 2 microgramas/L.
Por outro lado, no Rio Passa Cinco, de menor
turbidez, os valores de ametrina foram entre
21,7 a 0,29 µg/L. Este estudo na sub-bacia
355 permitiu concluir que: nas primeiras chuvas
fortes há aumento da concentração de
herbicidas e de metais nas águas dos rios; testes
de ecotoxicidade com *Selenastrum* (alga
sensível a maioria dos herbicidas) detectaram
360 toxicidade nas águas de toda a sub-bacia.
Todos os pontos analisados apresentaram
potencial de toxicidade a *Daphnia*, nos
próximos á foz o teor de matéria orgânica e
metais pesados esteve acima dos preconizados
365 para rio de classe 2. Na foz, a concentração de
pesticidas foi maior que a montante, agravando
o nível de poluição. Nas nascentes tem-se
terreno arenoso, enquanto na foz tem-se
vestígios de esgoto não tratado. Dra Regina
370 salientou que certos procedimentos deveriam
ser banidos também no Brasil como a
pulverização aérea de pesticidas que contamina
o ar ou seu uso em encostas com declives
consideráveis. Ressalta que o solo é o maior
375 agente de biodegradabilidade, mas exige um
tempo para remover a toxicidade. O Brasil nos
anos 70 recebeu incentivos do governo para
investir na agricultura e facilidades para a
entrada de agrotóxicos, porém, na época ficou
380 acordado que seriam realizados estudos para
controlar a segurança da água, no entanto, isto
não foi cumprido. Atualmente, o país é o maior
consumidor mundial de pesticidas, a palestrante

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 10 de outubro de 2017. - **Horário:** 09h00

Local: Aspacer/Sincer Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento/ Sindicato dos Ceramistas- **Endereço:** Rua 4- nº 470- Centro- Santa Gertrudes - SP, 13510.000

385 relata que a globalização está centrada no
domínio da produção, na industrialização e não
se preocupa com a saúde das pessoas. Sob este
enfoque a Profa. Dejanira relatou sua luta para
construção de um laboratório de toxicidade
para avaliar a qualidade da água, seus pedidos
390 ao GAEMA Piracicaba e a Câmara Técnica de
Saúde Ambiental, sendo a solicitação mais
recente, que seja incluída na revisão do plano
de bacias a construção de um laboratório de
toxicidade ambiental. **Encerramento:** A Sra
395 Adriana passou a palavra aos membros, ficando
a próxima reunião para dia 05 de dezembro em

Santa Gertrudes na sede da
ASPACER/SINCER e nada mais havendo a
tratar, agradeceu a presença de todos e foi dada
400 por encerrada a reunião.

Adriana Fabiana Corrêa da Silva
405 Coordenadora da CT-SAM

Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite
Secretária da CT-SAM